



PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO 2000000159_VC_11NS

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CAPÍTULO I - Cláusulas Jurídicas

ARTIGO 1.º - Objeto Contratual

ARTIGO 2.º - Contrato

ARTIGO 3.º - Prazo contratual

ARTIGO 4.º - Locais e contactos para a prestação de serviços

CAPÍTULO II - Obrigações das partes

SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário e Entidades Adjudicantes

ARTIGO 5.º - Conformidade e operacionalidade dos serviços

ARTIGO 6.º - Obrigações do Adjudicatário

ARTIGO 7.º - Conformidade e garantia técnica

ARTIGO 8.º - Dever de sigilo

SECÇÃO II - Obrigações das Entidades Adjudicantes

ARTIGO 9.º - Preço base e condições de pagamento

ARTIGO 10.º - Revisão de preços

SECÇÃO III - Acompanhamento e fiscalização do contrato

ARTIGO 11.º - Gestor de contrato

CAPÍTULO III - Modificação, Incumprimento e Extinção do Contrato

ARTIGO 12.º - Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário

ARTIGO 13.º - Sanções Contratuais

ARTIGO 14.º - Força maior

ARTIGO 15.º - Resolução do contrato por parte das entidades adjudicantes

ARTIGO 16.º - Resolução do contrato por parte do adjudicatário

CAPÍTULO IV - Disposições finais

ARTIGO 17.º - Deveres de informação

ARTIGO 18.º - Comunicações

ARTIGO 19.º - Reprodução de documentação

ARTIGO 20.º - Foro competente

ARTIGO 21.º - Direito aplicável e natureza do contrato

ARTIGO 22.º - Contagem dos prazos

CAPÍTULO V - Cláusulas Técnicas

ARTIGO 23.º - Mapa de Quantidades

ARTIGO 24.º - Especificações técnicas

CAPÍTULO I

Cláusulas Jurídicas

ARTIGO 1.º

Objeto Contratual

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual quem tem por objeto a Aquisição de serviços com vista à instalação de máquinas purificadoras de água com ligação à rede de distribuição predial de água dos edifícios da Universidade de Lisboa e respetivas Escolas e/ou Unidades Orgânicas. Consideram-se, ainda, incluídos, no âmbito do presente procedimento, a prestação de serviços conexos, nomeadamente:

- A manutenção e a assistência técnica dos equipamentos;
- A higienização e limpeza periódicas das máquinas instaladas.

2. Rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre previsto no Programa e no presente Caderno de Encargos, onde são indicados os termos e as condições da prestação de serviços objeto do presente procedimento e que serão incluídos no âmbito do contrato a celebrar.

ARTIGO 2.º

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e será reduzido a escrito, integrando igualmente os elementos elencados nas disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos (CCP).

2. Para além dos elementos referidos pelo número anterior, o contrato a celebrar ainda integra:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe.

ARTIGO 3.º

Prazo contratual

1. O contrato inicia-se no primeiro dia útil seguinte à data da sua assinatura e mantém-se em vigor pelo período de (1)um ano.

2. O contrato pode ser prorrogado por iguais períodos até um máximo de 1 (uma) prorrogação, sem prejuízo das obrigações acessórias as quais perdurarão para além da cessação do contrato.
3. O contrato considera-se prorrogado por 1 (um) ano se nenhuma das partes o denunciar, mediante notificação à outra parte por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima não inferior a 30 (trinta) dias em relação ao seu termo.

ARTIGO 4.º

Locais e contactos para a prestação de serviços

Os locais para a prestação de serviços e respetivos contactos por entidade adjudicante são os seguintes:

Universidade de Lisboa (ULisboa), pessoa de contacto - Márcia Vila:

Edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa - Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-004 Lisboa

Instituto para a Investigação Interdisciplinar - Av. Prof. Gama Pinto, n.º 2, 1649-003 Lisboa

Edifício do Centro Académico do Caleidoscópio - Jardim do Campo Grande, 1700-090 Lisboa

Museu Nacional de História Natural e da Ciência - Rua da Escola Politécnica, n.º 58, 1250-102 Lisboa

Estádio Universitário de Lisboa - Edifício do Estádio de Honra Av. Prof. Egas Moniz, 1600-190 Lisboa

Estádio Universitário de Lisboa - Edifício do Complexo de Piscinas Av. Prof. Egas Moniz, 1600-190 Lisboa

Estádio Universitário de Lisboa - Centro Médico da Cidade Universitária - Av. Prof. Egas Moniz, 1600-190 Lisboa

Estádio Universitário de Lisboa - Complexo Desportivo da Ajuda - Avenida da Universidade Técnica, 1349-055 Lisboa

Faculdade de Arquitetura (FAULisboa), pessoa de contacto - Carla Sardinha:

Edifício da FA - Pólo Universitário Alto da Ajuda, Rua Sá Nogueira, 1349-063 Lisboa

Faculdade de Belas-Artes (FBAULisboa), pessoa de contacto - Lurdes Santos:

Edifício do Convento de São Francisco de Lisboa - Largo Academia Nacional de Belas Artes, 1249-058 Lisboa

Instituto de Educação (IEULisboa), pessoa de contacto - António Júlio Fornelos:

Edifício da FP/IE - Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-013 Lisboa

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOTULisboa), pessoa de contacto - José Presas

Edifício do IGOT - Rua Branca Edmée Marques, Cidade Universitária, 1600-276 Lisboa

Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (SASULisboa), pessoa de contacto - Alice Mendonça

Edifício do Refeitório da Faculdade de Belas-Artes (FBA) - Largo da Academia Nacional de Belas Artes. 1249-058 Lisboa

Edifício do Refeitório do Instituto Superior de Agronomia (ISA) - Tapada da Ajuda, 1349-017 Lisboa

Edifício do Refeitório do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) - Rua das Francesinhas, 1200-675 Lisboa

Edifício do Refeitório da Faculdade de Motricidade Humana (FMH) - Estrada da Costa, 1499-002 Cruz Quebrada

Edifício do Refeitório do Pólo da Ajuda - Pólo Universitário Alto da Ajuda, 1300-344 Lisboa

Edifício do Refeitório do IST (TAGUSPARK) - Av. Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, 2744-076 Porto Salvo

Edifício da Cantina Velha - Cidade Universitária - Avenida Professor Gama Pinto, 1600-192 Lisboa

Edifício do Refeitório do IST (Campus da Alameda) - Av. Rovisco Pais, 1, 1049-001 Lisboa

Edifício do Jardim de Infância dos SASULisboa - 3 Av. Professor Gama Pinto, 1649-003 Lisboa

CAPÍTULO II

Obrigações das partes

SECÇÃO I

Obrigações do Adjudicatário e Entidades Adjudicantes

ARTIGO 5.º

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1. O Adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo A ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados tendo em conta os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento, se aplicável.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à prestação de serviços de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos serviços a prestar.
4. O Adjudicatário é responsável perante as entidades adjudicantes, por quaisquer defeitos ou discrepâncias que se verifiquem no momento em que lhes são prestados os serviços objeto do contrato.

ARTIGO 6.º

Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Adjudicatário as seguintes:
 - a) A prestação de serviços nos termos constantes do Anexo A e B ao presente caderno de encargos;
 - b) O pagamento de quaisquer encargos relativos à execução do Contrato;
 - c) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, às entidades adjudicantes os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos dos contratos celebrados com as entidades adjudicantes;
 - d) Comunicar às entidades adjudicantes qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial ou outras informações com relevância para a prestação dos serviços;
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

ARTIGO 7.º

Conformidade e garantia técnica

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues às entidades adjudicantes na fase de execução dos contratos, às exigências legais, obrigações e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

ARTIGO 8.º

Dever de sigilo

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às entidades adjudicantes, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que as entidades adjudicantes lhe indiquem para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5(cinco) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SECÇÃO II

Obrigações das Entidades Adjudicantes

ARTIGO 9.º

Preço base e condições de pagamento

1. O preço base global, para efeitos do presente procedimento pré-contratual, é de 25.872,00 euros (vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e dois euros), corresponde ao preço máximo que as entidades adjudicantes se dispõem a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto dos contratos a celebrar, incluindo as suas eventuais renovações.
2. Os preços parciais para cada uma das entidades adjudicantes que constituem o agrupamento, são os seguintes:
Universidade de Lisboa (ULisboa) - 12 672,00 euros (doze mil, seiscentos e setenta e dois euros);
Faculdade de Arquitetura (FAULisboa) - 528,00 euros (quinhentos e vinte e oito euros);
Faculdade de Belas Artes (FBAULisboa) - 2 112,00 euros (dois mil, cento e doze euros);
Instituto de Educação (IEULisboa) - 3 696,00 euros (tres mil, seiscentos e noventa e seis euros);
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOTULisboa) - 1 056,00 euros (mil e cinquenta e seis euros);
Serviços de Ação Social (ULisboa) - 5 808,00 euros (cinco mil, oitocentos e oito euros).
3. As propostas que apresentem preços superiores aos fixados e indicados individualmente no número anterior serão excluídas.

4. Pela prestação de serviços objeto do contrato, as entidades adjudicantes devem pagar ao adjudicatário o valor constante de fatura emitida mensalmente, com referência ao preço indicado no Anexo A ao Programa de Concurso, para cada local previsto no n.º 2 das Especificações Técnicas do presente procedimento, e considerando o preço unitário mensal por máquina constante da proposta adjudicada. Para as Entidades Adjudicantes Universidade de Lisboa e Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, deverá o adjudicatário emitir uma fatura mensal, com a discriminação do valor para cada um dos locais, a seguir indicados e constantes do Anexo A ao Caderno de Encargos:

Entidade Adjudicante: Universidade de Lisboa %u2013 Serviços Centrais

- Edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa;
- Edifício do Centro Académico Caleidoscópio;
- Edifício do Instituto para a Investigação Interdisciplinar;
- Estádio Universitário de Lisboa (incluindo o valor do total de locais previstos para o EULisboa);
- Museu Nacional de História Natural e da Ciência, Jardim Botânico e Anexos;
- Jardim Botânico Tropical, Palácio e Anexos.

Entidade Adjudicante: Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (SASULisboa)

- Edifício do Refeitório da Faculdade de Belas-Artes (FBA)
- Edifício do Refeitório do Instituto Superior de Agronomia (ISA)
- Edifício do Refeitório do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)
- Edifício do Refeitório da Faculdade de Motricidade Humana (FMH)
- Edifício do Refeitório do Pólo da Ajuda - Pólo Universitário Alto da Ajuda
- Edifício do Refeitório do IST (TAGUSPARK)
- Edifício da Cantina Velha - Cidade Universitária
- Edifício do Refeitório do IST (Campus da Alameda)
- Edifício do Jardim de Infância dos SASULisboa.%u2013

5. A quantia a pagar pelas entidades adjudicantes deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a data de receção das respetivas faturas.

6. Qualquer pagamento só poderá ser efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

7. Na eventualidade de atraso nos pagamentos, dentro dos prazos contratual e legalmente previstos, a entidade adjudicante encontra-se sujeita às consequências que, nos termos da lei, advêm desses atrasos, nomeadamente as previstas nos números 3 e 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 8.º, todos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

ARTIGO 10.º

Revisão de preços

Não há lugar à revisão de preços durante o período de vigência total do contrato.

SECÇÃO III

Acompanhamento e fiscalização do contrato

ARTIGO 11.º

Gestor de contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pelo contraente.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

Modificação, Incumprimento e Extinção do Contrato

ARTIGO 12.º

Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização das entidades adjudicantes .
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. As entidades adjudicantes devem pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo adjudicatário que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato venha a ser indicado pelas entidades adjudicantes, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato das entidades adjudicantes, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
6. A subcontratação pelo adjudicatário depende de autorização das entidades adjudicantes, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 13.º

Sanções Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, as entidades adjudicantes podem exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Se os prazos de entrega, acrescidos de eventuais prorrogações resultantes de atrasos imputáveis às entidades adjudicantes ou a força maior, forem ultrapassados, o adjudicatário ficará sujeito à penalidade diária de 1% sobre o valor global da encomenda até à entrega total efetiva ou à rescisão do contrato;

- b) Sempre que um bem for rejeitado por não cumprir os requisitos previstos no caderno de encargos será aplicada uma penalidade correspondente a 20% do valor desse bem.
2. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e as Entidades adjudicantes decidam não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam à exigência, por parte das entidades adjudicantes, de indemnização por danos excedentes.
5. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
6. A aplicação das sanções previstas no presente artigo serão objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

ARTIGO 14.º

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo prestador de serviços das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, confere, às entidades adjudicantes o direito de resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização.

ARTIGO 15.º

Resolução do contrato por parte das entidades adjudicantes

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as entidades adjudicantes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente o atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato ser superior a um terço do prazo máximo previsto.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Universidade de Lisboa.

ARTIGO 16.º

Resolução do contrato por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias posteriormente à data de vencimento especificada na fatura ou a partir da data da receção do bem, ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial.
4. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Universidade de Lisboa, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção da declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

ARTIGO 17.º

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

ARTIGO 18.º

Comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser redigidas, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

ARTIGO 19.º

Reprodução de documentação

Nenhum documento ou dado a que o adjudicatário tenha acesso, direta ou indiretamente, no âmbito da execução do contrato pode ser reproduzido sem autorização expressa das entidades adjudicantes, salvo nas situações previstas no presente caderno de encargos.

ARTIGO 20.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

ARTIGO 21.º

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

ARTIGO 22.º

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO V

Cláusulas Técnicas

ARTIGO 23.º

Mapa de Quantidades

O número de máquinas purificadoras de água a instalar em cada edifício da Universidade de Lisboa e das respetivas Escolas e/ou Unidades Orgânicas consta no Anexo A ao presente caderno de encargos.

ARTIGO 24.º

Especificações técnicas

As especificações técnicas são as constantes do Anexo B ao presente caderno de encargos.